

HISTÓRIA DO GRUPO ESCOLAR CORONEL CARNEIRO, UBERLÂNDIA-MG (1946 – 1971)¹
History of Coronel Carneiro School at Uberlândia-MG (1946-1971).

Sandra Cristina Fagundes de Lima²

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema a história do *Grupo Escolar Coronel José Teófilo Carneiro* (GE-CJTC), instalado em Uberlândia-MG, no período compreendido entre os anos 1946 a 1971. Nosso objetivo foi apreender os principais aspectos que caracterizaram esta escola, como, por exemplo, quantidade de alunos, turnos de funcionamento e a sua relação com a cidade. Empregamos como fontes de pesquisa jornais, revistas, atas do legislativo e documentos escolares, tais como: diários de classe, fichas de matrícula e boletins dos alunos.

Palavras-Chave: Grupo Escolar, História da Educação, Cultura Escolar, Instituições Escolares, Grupo Escolar Coronel Carneiro.

ABSTRACT

This research has as its theme the history of the *Grupo Escolar Cel. José Teófilo Carneiro* (GE-CJTC), Uberlândia-MG, from 1946 to 1971. Our objectives were to analyze the connections between primary school and the city. As research sources we used newspapers, magazines, City Council Minutes and school documents, such as: classroom diaries, school registration forms, and student's grades reports.

Key words: Primary school; History of Education; School culture; School institutions, Grupo Escolar Coronel Carneiro.

No ano 1946 foi inaugurada em Uberlândia mais uma escola pública estadual de ensino primário, o *Grupo Escolar Cel. José Teófilo Carneiro*. Este que seria o terceiro grupo escolar da cidade e o primeiro instalado na periferia, então o Bairro Operário, deveria atender à crescente demanda por mais escolas públicas que, frequentemente, era noticiada nos periódicos locais. Tentar compreender a gênese desse grupo escolar consistiu no objetivo de nossa pesquisa. As questões que nos orientaram incidiram sobre os seguintes aspectos: Como se deu o processo de criação e de implantação da referida escola em Uberlândia? Quais eram as finalidades e representações que a imprensa atribuía

¹ Esta pesquisa, desenvolvida no projeto “História da Educação e Cultura Escolar: O Grupo Coronel Carneiro, Uberlândia-MG (1944 – 1971)”, contou com o apoio do CNPq por meio da concessão de bolsa de Iniciação Científica à Marcela Fonseca Ferreira, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia. A bolsista coletou os dados no Arquivo Público de Uberlândia e também no arquivo da Escola Estadual Cel. José Teófilo Carneiro no período de agosto de 2007 a julho de 2009.

² Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: sandralima@ufu.br

ao *Grupo Cel. Carneiro*³ e que serviram de justificativas para a sua abertura e permanência como instituição educativa? Quais eram as condições existentes para as suas atividades?

Para responder a estas perguntas consultamos os seguintes documentos depositados no Arquivo Público de Uberlândia: jornais, revistas, atas das reuniões da Câmara Municipal e processos da mesma Câmara, referentes ao período de 1946 a 1971. Pesquisamos igualmente os documentos arquivados na própria escola. Dentre estes, destacamos: registro de frequência diária, boletins escolares e fotografias.

Procuramos manter o diálogo com estas fontes tendo em vista a necessidade de sempre problematizá-las, evitando com isto tomá-las como arauto de uma verdade que se acreditaria ser-lhes inerente. Partimos do pressuposto de que a produção dos textos correspondem uma série de interdições e inúmeras representações que necessitam ser questionadas. Para estabelecer este diálogo com as fontes é fundamental manter vivas as advertências de Le Goff, sobretudo no que diz respeito à importância de se contextualizar a documentação. Segundo o historiador francês:

[...] um documento nunca é o simples resultado de uma situação histórica dada. Ele é o produto orientado de uma situação. O que então é preciso analisar são as condições nas quais tal documento foi produzido e não só de que ambiente sai ou de que é que literalmente nos fala (LE GOFF, s.d., p. 86).

Há que se considerar também que subjazem aos documentos, além das marcas do contexto no qual eles foram produzidos, as intenções parcialmente encobertas, não reveladas de imediato e que, para ressaltá-las, faz-se necessário perscrutá-los, para, assim, poder trazê-las para a superfície. Por conseguinte, mais necessário do que buscar o (suposto) sentido das palavras impressas nas linhas é dialogar com os múltiplos significados a que estão sujeitos os textos, sejam eles de qual natureza forem, elaborados a partir da apropriação e da construção de sentidos realizada pelos leitores. É também imprescindível questionar o seu lócus de produção, interrogar o seu contexto, formular questões diversas (CHARTIER, 1988).

A análise da história do Grupo Coronel Carneiro empregou a noção de cultura escolar entendida em duas dimensões: uma que se situa nos domínios do espaço escolar e outra que incide sobre as representações acerca das finalidades atribuídas ao referido Grupo e que serviram de justificativas para a sua abertura e permanência como instituição educativa em Uberlândia. Ambas as dimensões se relacionam com a difusão do ensino primário para as camadas populares, via grupo escolar, e com o projeto político implantado na cidade.

Dentre as instituições educativas existentes, a história dos grupos escolares vem conquistando espaços cada vez mais dilatados no conjunto das temáticas hoje pesquisadas. Na tentativa, pois, de apreender o processo histórico que caracterizou a trajetória dos grupos escolares, as pesquisas têm buscado problematizar aspectos diversos

³ Embora a denominação da instituição seja Grupo Escolar Coronel José Teófilo Carneiro, nesta pesquisa optamos por nomeá-la Grupo Coronel Carneiro, designação pela qual ficou conhecida na sociedade de Uberlândia-MG.

que compuseram o cotidiano destas instituições escolares, tais como: noções de espaço, com ênfase para a compreensão das características arquitetônicas desses estabelecimentos de ensino; tempos escolares; perfil dos alunos, tais como origem social; formação dos professores, currículos, materiais didáticos, métodos de ensino, representações político-sociais, legislação e outros (SOUZA; FARIA F^o. 2006).

Além dos referenciais teóricos relativos às pesquisas sobre os grupos escolares, nesta pesquisa recorreremos também aos conceitos de: representações, práticas e apropriações, cultura escolar e instituições escolares. Para tanto apresentaremos aspectos gerais da teorização que os fundamenta e que se constituirá em embasamento para nossas análises.

As noções de representações, prática e apropriações permitem apreender a história tanto em sua dimensão material quanto no seu aspecto intelectual, sem, contudo, dicotimizá-los, sem opor uma dada realidade objetiva à outra subjetivada. Deve-se, no entanto, ressaltar que ao buscar na trama histórica as imbricações entre uma tessitura objetivada e outra de conotação mais subjetiva, não está sendo pressuposto a ausência de tensões. Ao contrário, as representações são entendidas, aqui, enquanto processo constituinte do real por meio da elaboração dos significados que lhe dão sentidos, ou seja, das apropriações (CHARTIER, 1991, p. 180). Ao serem compreendidas como processo, as representações, as práticas e as apropriações comportam dimensões conflituosas, pois, conforme ressaltou Chartier, elas devem ser apreendidas: “Como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (1988, p. 17).

Partimos então do pressuposto de que subjazem às representações, às práticas bem como às apropriações conflitos e tensões que as caracterizam como sendo este campo de lutas de que nos fala Chartier e buscamos compreendê-las como constituintes do real e não apenas como o seu reflexo. Esperamos, com o emprego destas noções, contribuir para superar a clivagem operada entre uma dada objetividade das estruturas, eleita por uma historiografia de tradição iluminista como o verdadeiro objeto da história, e a subjetividade das representações, lançada por esta mesma historiografia no limbo da pesquisa historiográfica.

Em virtude de possibilitarem leituras múltiplas da realidade, permitindo, assim, a ruptura com um quadro epistemológico assentado em apreensões unívocas e/ou dicotomizadas das diferentes instâncias da sociedade, e também por não dissimularem as diversas posições ocupadas pelos atores sociais e nem ignorarem os objetivos discordantes que compõem o real, as representações, práticas e apropriações serão empregadas como fio condutor para se penetrar na trama que entrelaça a história do Grupo Coronel Carneiro à história da própria cidade de Uberlândia.

No que diz respeito ao eixo temático no qual esta pesquisa se inscreve no âmbito da História da Educação, a saber, *história das instituições escolares*, tomaremos como referencial teórico as abordagens de Florence Regourd (1990), Robert Durand e Didier Guyvarc’h (1990) e Magalhães (1999; 2004).⁴ Esses autores propõem a elaboração da

⁴ A bibliografia sobre o tema é muito mais vasta e será empregada no decorrer da pesquisa. Focalizamos, no momento, apenas esses autores porque suas obras constituem uma síntese das discussões atuais acerca das instituições escolares.

história da escola, ou, o que para nós, poderia denominar-se história das instituições escolares, a partir dos pressupostos teóricos ancorados nas pesquisas relativas à História Nova. Dessa forma, salientam a relevância de se considerar que a história da escola, além das referências ao universo mais amplo, deve dialogar também com o contexto mais imediato, mais próximo, no qual a instituição está (ou esteve) instalada.

Sendo assim, é preciso investigar a escola inscrevendo-a no espaço no qual ela se situa, conhecer o seu caminho, perscrutar as razões daquele espaço e não de outro, por exemplo. Deve-se ir a busca dos alunos, perguntar aos documentos quem eram eles, a sua idade, a origem social e a eficácia da escolarização para a sua formação. Também é fundamental situar a instituição no tempo, apreender os liames políticos e sociais que a perpassam. Conforme Regourd (1990, p. 2):

A escola se encontra no centro de um formidável entrelaçamento de apostas, tanto no período de edificação da rede escolar quanto na maturidade do sistema, em sua generalização: apostas de saber e de poder confrontadas. Lugar de todas as expectativas, a instituição escolar é uma instituição social. (...) A escola do tempo passado é um lugar ainda vivo, um lugar de memória no cruzamento da memória individual e coletiva, enraizada na história nacional e local.

Dessa forma, a investigação sobre as instituições escolares ganha uma dimensão ampliada, uma vez que o leque de dados interrogados ultrapassa a mera constatação de aspectos relacionados à legislação e às características que apreendem as escolas a partir dos regulamentos legais que estruturam o seu funcionamento, para abarcar questões igualmente relevantes que constituem o cotidiano da escola, a sua cultura e que, no entanto, não eram objeto de análise. Conforme ressaltou Magalhães (1999, p. 71):

As instituições educativas têm uma estrutura física, uma estrutura administrativa, mas também uma estrutura social, ou melhor sócio-cultural. Se as funções básicas de uma instituição educativa se objectivam na produção na transmissão de cultura, seja pela matriz científica e tecnológica, seja pela matriz de comportamentos, atitudes e valores, bem se compreende a importância da dimensão sócio-cultural.

Decorre daí, a importância de compreender a instituição escolar a partir da abordagem que toma como fio condutor da análise a noção de cultura escolar, que engloba a dimensão dos artefatos produzidos para o (e pelo) funcionamento da escola, incluindo-se aí os recursos didáticos, o mobiliário e a arquitetura; a legislação que regulamenta o seu funcionamento, bem como os elementos que compõem a formação do professor. Como enfatizou Viñao Frago: "... la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer" (1995, p. 69). Uma outra definição de cultura escolar que vai ao encontro desta apresentada por Viñao Frago foi proposta por Abreu Jr. (2005). Para este autor, a cultura escolar

[...] englobaria valores, saberes, práticas, estratégias, enfim, um repertório de atividades sociais específicas de natureza escolar que professores, alunos, os outros profissionais da escola e ainda os responsáveis e a comunidade envolvida nessa cultura realizam nesse âmbito (p. 145).

Também conforme assinalou Julia, a cultura escolar pode ser entendida como:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (2001, p. 9).

Ou seja, a cultura escolar abrange as representações, apropriações, práticas e táticas que os sujeitos produzem e de que se servem para inscrever uma dada atuação no real e, com isso, construírem a sua história e a história das instituições onde atuam. Pensamos, portanto, que a opção por esta categoria de análise encerra elementos que contribuem para dilatar o campo de pesquisa bem como para ampliar a apreensão da realidade. Contudo, de acordo com o que se depreende das definições citadas, a noção é muito ampla e faz-se necessário recortar o que seria mais relevante para os propósitos da investigação. Portanto, nessa pesquisa, a dimensão da cultura escolar que perseguiremos estará circunscrita ao âmbito do *espaço escolar*.

A noção de *espaço* será apreendida conforme sugere Viñao Frago (1995). Para este autor, deve-se buscar na dimensão espacial da cultura escolar mais do que meras pistas do espaço enquanto abrigo e/ou cenário, pois é necessário tentar apreender esta dimensão no que ela representa como discursos e símbolos que fundam práticas e instituem valores que perpassam o ensino, a aprendizagem e as representações acerca dos papéis que os sujeitos da educação devem desempenhar. Nessa abordagem, o espaço deve ser apreendido em relação aos seus usos e às práticas que esses instauram e deve-se perscrutar a natureza da escola como lugar e a realidade material e mental que caracteriza o espaço enquanto território.

Em consonância com estas noções de representação, instituição escolar e cultura escolar, a seguir apresentaremos os resultados obtidos com a pesquisa nos documentos impressos. Dessa forma discutiremos o contexto de instalação nos grupos escolares em Minas Gerais e alguns dados históricos acerca do Grupo Coronel Carneiro.

Primeiro entraram em cena os monumentais edifícios construídos no final do século XIX e princípio do XX para abrigarem os grupos escolares, esse novo modelo de escola condizente com o também novo regime político implantando no país. Desta forma, entre nós, nascia com a República a moderna escola seriada, onde, finalmente, os alunos encontrariam um agrupamento realizado a partir da seleção por idade, por grau de conhecimento e aproveitamento demonstrados. Construídos inicialmente para darem visibilidade ao papel que a educação ocuparia no regime republicano, os suntuosos prédios dos grupos escolares, as suas fachadas monumentais, sua privilegiada localização, a moderna organização dos trabalhos pedagógicos e seu público seletivo eram provas

incontestáveis do “investimento” que a República fazia na formação escolar de seus cidadãos. Com efeito, segundo Souza e Faria F^o. (2006, p. 28)

O novo modelo de escola exigia altos investimentos, pois pressupunha a edificação de espaços próprios e adequados para o funcionamento das escolas, professores habilitados, mobiliário moderno e abundante material didático.

Contudo, desde o final dos anos 1930 que em Uberlândia o fausto que caracterizava os edifícios onde se encontravam instalados os grupos escolares não correspondia às condições precárias do mobiliário colocado à disposição de alunos e professores, conforme se constata pela transcrição da matéria extraída do jornal Correio de Uberlândia:

Quem visita os grupos escolares de nossa cidade se entristece ante a pobreza do mobiliário que há por todos eles. Edifícios verdadeiramente suntuosos, não se concebe que no seu interior os alunos estudem em carteiras que mal podem sustentar-se de pé. Não se compreende também que as suas professoras não tenham uma mesa adequada ao mister que exercem (OLIVEIRA, 1944, não paginado).

Assim não tardou para que a realidade evidenciasse de uma lado a insuficiência de verbas para arcar com os custos requeridos para a manutenção dos grandiosos palacetes que abrigavam aqueles grupos e de outro a escassez de recursos para atender às suas sofisticadas exigências arquitetônicas, pois

Caros, os suntuosos edifícios escolares construídos nas primeiras décadas republicanas consumiam boa parte das já minguadas verbas da instrução pública. (...) Os prédios monumentais passaram, nesse momento, a significar a elitização da educação e o desprezo para com a educação dos mais pobres (VIDAL; FARIA F^o., 2005, p. 63).

Nesse contexto, o estilo arquitetônico de traços ostensivos, característico destas primeiras escolas, paulatinamente deu lugar à edificação de grupos mais modestos, construídos a fim de atender às crescentes demandas pela ampliação do acesso à escola primária feitas por alguns representantes políticos e pessoas ligadas à imprensa. Então, gradativamente, foram sendo erguidos prédios menores, e o projeto ambicioso que presidiu a criação deste modelo de escola foi sendo adaptado tanto às reais possibilidades de recursos financeiros existentes quanto às transformações imbricadas aos projetos políticos que orientavam os rumos da escola pública no país. Já não havia mais como ignorar o discurso em defesa da democratização da escola pública e, para que esta democratização se fizesse possível, os edifícios que abrigariam os grupos escolares não poderiam continuar se caracterizando pelo fausto e nem a sua localização permanecer circunscrita ao centro das cidades, tinha que ser deslocada para as áreas mais periféricas, onde residiam as crianças das famílias mais empobrecidas. Ocorreu, então, nesse contexto a criação do Grupo Coronel Carneiro.

Em Minas Gerais, essa transição do estilo pomposo dos grupos escolares para a concretização de propostas de caráter mais econômico inseriu-se num momento de corte de despesas públicas destinadas à educação escolar. De acordo com Lopes (2002), passado o período de ampliação da rede escolar pública no Estado de Minas, cujo ápice ocorreu no final da década de 1920, o início dos anos 1930 ficou marcado não só por uma redução nos investimentos em educação, que impediu a abertura de novas salas, como também por uma contenção geral de gastos para a área, o que determinou o fechamento de muitas escolas consideradas ineficientes, infrequentedas e sem prédios próprios que garantissem o seu funcionamento.

Todavia, Lopes afirma que esses argumentos apresentados para justificar o fechamento das escolas não encontravam correspondência na realidade, pois os resultados de pesquisas realizadas com diversos prefeitos do estado de Minas Gerais, durante o período de novembro de 1931 e julho de 1932, publicadas no jornal *Estado de Minas*, demonstram uma situação escolar diversa, pois apresentaram uma demanda da população em torno da escolarização. Portanto, a realidade educacional no período não correspondia àquele quadro pintado pelo governo e empregado como causa para a extinção de escolas e/ou contração de suas unidades educativas.

Em meados dos anos 1930, mesmo sem que as finanças tivessem sofrido alterações que indicassem uma elevação na soma de tributos arrecadados — havendo, inclusive, um aumento na dívida pública —, verificou-se nova expansão da escolarização no estado e, conseqüentemente, nos seus municípios. Segundo Lopes, a explicação para essa aparente contradição, ou seja, extinção de escolas em função de carência de verbas e, ao mesmo tempo, expansão da escolarização sem que as finanças tivessem sido corrigidas, recai sobre os interesses políticos orientando a ação do governo no que se referia à distensão do sistema escolar (LOPES, 2002).

O Grupo Coronel Carneiro foi inaugurado no ano 1946, após esse momento de contenção e distensão da rede escolar no Estado e no mesmo período em que a cidade de Uberlândia caminhava em direção a significativas transformações nos aspectos econômico-sociais. Naquela época, incrementava-se a malha rodoviária, o comércio desenvolvia-se em ritmo de crescente e promoviam-se reformas urbanísticas tendo em vista higienizar o espaço citadino, tais como a abertura de avenidas centrais e a transferência de grupos empobrecidos – compostos por prostitutas e por pequenos proprietários de estabelecimentos de lazer – para áreas periféricas (OLIVEIRA, 2000).

Perpassava estas mudanças a divulgação de discursos ufanistas, proferidos pelas elites locais, acerca do futuro promissor que a cidade reservava a seus patrícios (MACHADO, 1991). De outro lado, desenvolvia-se uma classe composta de trabalhadores oriundos, em parte, do meio rural e outros provenientes de empregos no pequeno comércio, que, embora alijada de poder econômico-político, reivindicava a sua cota de participação e inserção na sociedade nascente, em particular nas instituições educativas de ensino primário.

A inauguração do Grupo Coronel Carneiro teria ocorrido em uma década que, além de Uberlândia encontrar-se em plena expansão demográfica e econômica, os outros

dois grupos existentes na cidade apresentavam estado avançado de deterioração em sua infra-estrutura e no próprio mobiliário. De acordo com um periódico local:

Os dois grupos que o Estado mantém na cidade vivem reclamando concertos (sic), com a mobília quebrada e suja, com as instalações sanitárias sem asseio porque sem água e com outras inconveniências facilmente perceptíveis. Excusado registrar que as professoras são também miseravelmente pagas, apesar de conhecidas as premências da vida criadas pela carestia (EDUCAÇÃO, 1946, p. 02).

Diante deste quadro de precariedade era reivindicada, por meio da imprensa, a rápida inauguração de mais uma instituição de ensino primário, conforme se lê na continuação do artigo supra:

O terceiro grupo, em construção, já está fazendo falta e cabe ao prefeito apelar para os poderes competentes a fim de que as obras não atrazem [sic] (EDUCAÇÃO, 1946, p. 02).

Nesse contexto foi então inaugurado o Grupo Coronel Carneiro, que, segundo constam nos jornais consultados, foi o terceiro grupo estadual instalado na cidade, tendo sucedido o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão (1915) e o Grupo Escolar Dr. Duarte (1932). Em 1945 o governador do Estado, Benedito Valadares, assinou o Decreto autorizando a sua construção e abrindo crédito para financiar a obra (AUTORIZADA, 1945, p. 01). No mesmo ano o prefeito de Uberlândia, Vasconcelos Costa, recebeu telegrama de Belo Horizonte autorizando-o a abrir concorrência administrativa para a construção da escola (FRANÇA, 1945, p. 4). A escola foi edificada no Bairro Operário, assim denominado no período, na Av. Floriano Peixoto, nº. 1352 em terreno adquirido pelo Estado, conforme noticiou o jornal Correio de Uberlândia à época (CONSTRUÇÃO, 1945, p. 1). Consta no mesmo jornal que em 1948 o Grupo possuía três classes com 150 alunos matriculados (NO GRUPO, 1948, p. 01).

Por meio dos documentos consultados no arquivo da escola, constatamos que o Grupo Coronel Carneiro manteve as suas atividades desde 1946. Em relação ao horário das aulas, embora não tenhamos encontrado nos registros de frequência diária informações sobre os turnos funcionamento da escola no período que remonta aos anos 1947 a 1951, pelos jornais tomamos conhecimento de que em 1948 a escola mantinha salas de aula em atividade, pois no mês de novembro teria realizado uma solenidade de formatura dos alunos do curso supletivo (NO GRUPO, 1948, p. 01). Embora constem nos registros de frequência informações sobre a realização de atividades no Grupo em 1958, inclusive com registro de matrícula e conclusão, conforme Quadro 4 apresentado na seqüência, tomamos conhecimento pela leitura dos livros de atas do legislativo que no aludido ano o Grupo Coronel Carneiro teria suspenso as aulas e o prédio teria sido interditado por motivos de falta de segurança em virtude do estado de deterioração verificada em suas instalações (CÂMARA, 1959a; 1959b). Porém, dada, até o momento, a ausência de

outros documentos que possibilitem esclarecer como o Grupo Coronel Carneiro poderia ter sido fechado em 1957 e ao mesmo tempo permanecer registrando a frequência de alunos, elaboramos o Quadro 1, a seguir, a partir das informações contidas no livro de registro de frequência diária.

Durante todo o período de nosso recorte cronológico houve a oferta de aulas no turno da tarde e após 1956 acrescentou-se o turno da manhã, que vigorou até o final da pesquisa. O turno da noite passou a funcionar em 1959, interrompeu-se em 1966 e 1967 e depois voltou a ser oferecido. Embora o Grupo Coronel Carneiro fosse mantido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, esse turno parece ter ficado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal, conforme discussão registrada em ata do legislativo (CÂMARA, 1959b). Considerando a localização periférica do Grupo Coronel Carneiro e o conseqüente empobrecimento das famílias que habitavam aquele bairro no período investigado, esse horário noturno de funcionamento poderia atender os alunos trabalhadores. Tomando, então, como base esses documentos, a pesquisa evidenciou a seguinte realidade:

Quadro 1 – Turnos de Funcionamento

ANO	TURNOS
1946	Manhã
1952	Tarde
1953	Tarde
1954	Tarde
1955	Tarde
1956	Manhã e tarde
1957	Manhã e tarde
1958	Manhã e tarde
1959	Manhã, tarde e noite
1960	Manhã, tarde e noite
1961	Manhã, tarde e noite
1962	Manhã, tarde e noite
1963	Manhã, tarde e noite
1964	Manhã, tarde e noite
1965	Manhã, tarde e noite
1966	Manhã e tarde
1967	Manhã e tarde
1968	Manhã, tarde e noite
1969	Manhã, tarde e noite
1970	Manhã, tarde e noite
1971	Manhã, tarde e noite

Fonte: Registro de Frequência Diária – Acervo do GECJTC

No que diz respeito ao total de alunos matriculados, a consulta realizada nos registros de frequência diária encontrou os seguintes números:

Quadro 2 – Total de alunos matriculados

ANO	TOTAL	% *
1946	18	
1955	34	88,89
1956	174	411,76
1957	267	53,45
1958	260	-2,62
1959	421	61,92
1960	349	-17,10
1961	292	-16,33
1962	182	-37,67
1963	200	9,89
1964	186	-7,00
1965	194	4,30
1966	100	-48,45
1967	114	14,00
1968	333	192,11
1969	384	15,32
1970	485	26,30
1971	458	-5,57
TOTAL	4451	***

Fonte: Registro de Frequência Diária (Acervo do GECJTC)

* Percentual obtido da relação com o ano antecedente.

Os dados acima demonstram um crescimento acentuado das matrículas no Grupo Coronel Carneiro nos anos 1956 e 1957, em 1958 este número sofre uma pequena redução, em 1959 volta a crescer e a partir de 1960 reduz-se gradativamente e só volta a crescer em 1968. Não foi possível identificar os fatores que promoveram esse decréscimo nas matrículas e posteriormente o seu crescimento, podemos inferir apenas que o total de 421 alunos matriculados em 1959, um crescimento de 411,76 % em relação ao ano anterior, pode ter se relacionado à reforma que teria sofrido o prédio após a sua interdição em 1957 e parte de 1958.

Quadro 3 – Alunos Matriculados, Distribuídos por Sexo

ANO	TOTAL	MASC.	%	FEM.	%
1946	18	10	55,56	08	44,44
1955	34	12	35,29	22	64,71
1956	174	61	35,06	113	64,94
1957	267	117	43,82	150	56,18
1958	260	105	40,38	155	59,62
1959	421	214	50,83	207	49,17
1960	349	189	54,15	160	45,85
1961	292	137	46,92	155	53,08
1962	182	97	53,30	85	46,70
1963	200	110	55	90	45

1964	186	98	52,69	88	47,31
1965	194	95	48,97	99	51,03
1966	100	48	48	52	52
1967	114	55	48,25	59	51,75
1968	333	180	54,05	153	45,95
1969	384	188	48,96	196	51,04
1970	485	267	55,05	218	44,95
1971	458	234	51,09	224	48,91
TOTAL	4451	2217	48,81	2234	50,19

Fonte: Registro de Frequência Diária – Acervo do GECJTC

Os números também informam não haver uma disparidade no total de alunas e alunos matriculados, pois de 4451 crianças matriculadas no período investigado, 48,81%, ou seja, 2217 eram do sexo masculino e 50,19% , 2234 crianças, eram do sexo feminino. A diferença verificada entre ambos os percentuais foi de apenas 1,38% a mais nas matrículas de meninas. Não avaliamos como tendo sido significativa essa diferença, pois além de não ultrapassar 1,38%, a oscilação nos percentuais manteve-se equilibrada durante os dezoito anos em que foi possível reunir os dados, não se concentrou em apenas um determinado período; exceção feita aos anos 1955 a 1958 quando, consecutivamente, o total de matrículas de meninas foi maior.

No que concerne ao total de alunos que concluíram as séries iniciadas, foi possível construir o seguinte perfil da escola a partir dos dados anotados nos registros de frequência diária:

Quadro 4 – Matrícula e Conclusão

ANO	MATRICULADOS	CONCLUINTES	% - CONCLUINTES
1955	34	163	479%
1956	174	256	147%
1957	267	405	152%
1958	260	327	126%
1959	421	483	115%
1960	349	423	121%
1961	292	383	131%
1962	182	269	148%
1963	200	256	128%
1964	186	193	104%
1965	194	227	117%
1966	100	116	116%
1967	114	159	139%
1968	333	333	100%
1969	384	378	98%
1970	485	581	120%
1971	458	393	86%
TOTAL	4433	5345	121%

Fonte: Registro de Frequência Diária – Acervo do GECJTC

Os dados referentes à matrícula e à conclusão apresentados acima são relativos ao total de alunos independentemente da série cursada. Em virtude de haver uma lacuna nos documentos no período de 1947 a 1951, de a documentação não se encontrar completa no ano 1946 e também nos anos 1952 a 1954 faltarem informações sobre a quantidade de alunos que começaram e também que concluíram os anos em questão, os resultados apresentados são apenas parciais.

A partir da análise do quadro, uma primeira observação a se fazer consiste na quase total ausência de registro de evasão, pois apenas em 1969 e 1971 o total de concluintes foi inferior a 100%, ainda assim a proporção mostrou-se insignificante uma vez que em 1969 dos 384 alunos matriculados, apenas 5, ou seja 1,30%, não concluíram e em 1971 de 458 matriculados, 65 alunos não terminaram o ano; assim mesmo a relação não se apresentou desfavorável, uma vez que o percentual dos que se evadiram ficou em 14,19%

Além desta relativa ausência de evasão, outro detalhe que se destaca na análise do quadro anterior diz respeito à discrepância acentuada entre o total muito elevado de alunos concluintes em relação ao total inferior de alunos matriculados, em termos percentuais verificamos um índice de 121% de concluintes. A análise de cada ano separadamente avulta ainda mais o total elevado de alunos concluintes, pois a contar de 1955 a 1967, consecutivamente, o total de alunos que concluiu o ano superou o total dos que haviam se matriculado em pelo menos mais de 100%. Em 1955, por exemplo, esse índice atingiu o percentual de 479%.

Para compreendermos os fatores que promoveram tais índices ainda serão necessárias outras pesquisas que possibilitem de um lado apreender a movimentação das matrículas nos demais grupos escolares da cidade e de outro lado investigações que dêem conta da dinâmica populacional do município, ou seja, que apresentem resultados do fluxo migratório, do êxodo rural etc. Por enquanto temos apenas a constatação de que no Grupo Escolar Coronel Carneiro houve um crescimento tanto no índice de matrículas quanto na relação dos alunos concluintes em relação aos matriculados.

Todavia, o otimismo que esses dados podem, a princípio, proporcionar se esvai ao analisarmos as condições de funcionamento do aludido grupo escolar no período em questão. Assim como as demais escolas da cidade sob a responsabilidade do Estado, faltavam investimentos para manter e preservar o Grupo Coronel Carneiro nos anos que sucederam à sua inauguração. Na década de 1950, por meio da imprensa local, divulgavam-se notícias quanto ao estado de deterioração das escolas primárias. Em 1952, por exemplo, um jornal publicou uma série de denúncias acerca do descaso do governo estadual para com os problemas existentes no referido. Dentre essas, destaca-se a seguinte:

O governo não dá verba suficiente para construção, reconstrução ou reparos dos grupos escolares. [...] no Grupo Escolar Cel. Carneiro, onde a frequência é grande, existe falha gravíssima de higiene. Não há privadas! O mau cheiro nas salas de aula, enfeitadas com modernos vitraux [sic], sem ventilação suficiente é terrível! E as pobres professoras se cotizam — tirando de seus poucos vencimentos — o dinheiro suficiente para pagar empregado, limpeza no prédio, limpeza nos pátios e salas de

aula. E quando não podem arcar sozinhas com as despesas excessivas e contínuas, recorrem aos donativos do povo uberlandense — para que elas e este cumpram os deveres assumidos pelo Estado e pelo Município (MARIA, 1952, não paginado).

Em meio à polêmica envolvendo as denúncias de degradação na estrutura do referido grupo escolar, em 1956 um artigo publicado no jornal *Correio de Uberlândia* acrescentou outros dados a fim de demonstrar o descaso com o qual o governo de Minas tratava a escola primária na cidade. De acordo com o referido texto, o secretário de educação do Estado de Minas Gerais teria enviado um ofício ao chefe do Serviço de Educação e Saúde do Município de Uberlândia, professor Arantes, solicitando-lhe informações a respeito do estado de conservação do Grupo Escolar Bom Jesus. Ao tomar conhecimento do ofício, o autor da matéria ter-se-ia indignado, pois a fragmentação das classes daquela escola não denotava ser aquele estabelecimento um “verdadeiro” grupo escolar, conforme se constata pelo trecho a seguir:

Um grupo escolar que nunca existiu em cidade-jardim [designação ufanista com a qual a imprensa referia-se à cidade de Uberlândia], embora tenha esse título aqui: Grupo Bom Jesus, tal “estabelecimento de ensino” funciona com classes distantes umas das outras cerca de dois quilômetros, mesmo assim, por favor dos abnegados do ensino, em cidade-jardim. (...) O sr. secretário da educação, pessoa que devia estar inteiramente a par do que se passa no nosso panorama educacional, ignora completamente tudo que lhe diz respeito, perguntando “como funciona o Grupo Bom Jesus”, uma escola que não existe em nossa cidade... (SECRETARIO, 1956, não paginado).

Passavam-se os anos e a situação do Grupo Escolar Coronel Carneiro permanecia deplorável, pois, segundo algumas matérias publicadas na imprensa local, a escola teria sido fechada no início de 1958 sob o risco de desabar sobre os estudantes, professores e demais funcionários. Posteriormente, como não havia sido solucionado o problema por parte das autoridades competentes, algumas pessoas se teriam reunido para angariar fundos visando reformar o prédio que se encontrava em completo abandono, ainda correndo risco de iminente desabamento (900 CRIANÇAS, 1958, não paginado).

Pela leitura das atas constatamos que o assunto referente ao fechamento da escola foi objeto de muita discussão e também gerador de polêmicas entre os representantes do legislativo, sobretudo porque circularam comentários de que a instituição seria reaberta sem antes ter sido reformada. Os fragmentos transcritos a seguir exemplificam esta questão:

Anunciada a hora do expediente, solicita a palavra o vereador Moacyr Lopes de Carvalho para informar à Câmara haver chegado ao seu conhecimento que se pretende reabrir o Grupo Escolar Coronel Carneiro que havia sido interdito no ano anterior por um dos engenheiros do Estado, em virtude da precariedade das suas condições pois estava ameaçado de ruir, sem que no mesmo fosse efetuado qualquer reparo [...] (CÂMARA, 1959a, p. 15b e 16).

Após a informação desta reabertura, conforme consta na mesma ata,

Usa a palavra a seguir o vereador Valdir Melgaço para dizer que a indicação o [sic] vereador Moacir Lopes de Carvalho representa um protesto e uma advertência contra a reabertura daquele estabelecimento de ensino cujas condições não oferecem nenhuma segurança, representando mesmo uma ameaça à vida dos alunos e dos professores que irão ali exercer as suas funções (CÂMARA, 1959a, p. 16).

O tema voltou a ser objeto de debates nas sessões da Câmara, e pela leitura das atas obtivemos a seguinte informação:

O vereador Moacyr Lopes de Carvalho faz a leitura de uma informação remetida pelo Governo do Estado ao Sindicato de Construção Civil de Uberlândia a respeito da reforma do Grupo Cel. Carneiro pelo qual se afirma que o governo poderá executar imediatamente as obras através da Comissão de Reparos e Reconstrução de Prédios Escolares (CARRPE), desde que seja oferecido um auxílio que corresponda a 60% (sessenta por cento) do valor da obra. (...) O auxílio, sob a forma de mão de obra, material de construção, transportes, etc. poderá ser da Prefeitura ou de particulares (CÂMARA, 1959c, p. 63b e 64).

Essa alternativa tinha um caráter eminentemente político, conforme pudemos depreender da leitura e análise das atas da Câmara de Uberlândia produzidas no período em foco. Pois de um lado havia comprovadamente a falta de investimentos do Estado na manutenção da escola e os vereadores que cobravam a solução do problema, de outro lado estavam os vereadores partidários do governo que buscavam uma solução “caseira” que não atribuísse às autoridades políticas do Estado a responsabilidade pelo fechamento da escola e também pela demora em solucionar os problemas e novamente entregar o Grupo à comunidade, conforme se lê no fragmento reproduzido a seguir:

O vereador Angelino Pavan usa a palavra para dizer da gravidade do assunto em discussão e sobre a conveniência de que o mesmo seja encarado com absoluta isenção de animo. Afirma que o Governo, muitas vezes, tendo em vista que tem de analisar as questões ou problemas e sua administração através de informações que lhe chegam através de seus subordinados não conta com elementos necessários para uma boa solução dos problemas que lhes estão afetos (CÂMARA, 1959a, p. 20b).

A despeito da falta de investimentos públicos e da conseqüente precariedade do edifício escolar, esta instituição de ensino primário gozava de prestígio no meio social, que era expresso inclusive pelos vereadores locais. Ao discutirem o fechamento da escola na Câmara de Vereadores, um dos representantes políticos da cidade de Uberlândia fez a observação de que:

[...] não pode compreender os motivos pelos quais não foram tomadas providências para o reparo do grupo em questão pois sabe-se que inúmeros foram os interessados em que o mesmo fosse colocado em condições de funcionar (CÂMARA, 1959a, p. 20b).

Com efeito, para a população urbana os grupos escolares representavam a possibilidade de ter acesso ao universo da alfabetização, requisito que se tornava indispensável para subir alguns degraus na hierarquia social por meio da obtenção de uma melhor colocação no mercado de trabalho. Aos políticos e demais membros das elites dirigentes, dar visibilidade ao seu envolvimento com a escola significava evidenciar seus compromissos com a modernidade “ilustrada”. Por esse motivo que a divulgação de festas de encerramento de ano letivo, comemorações de datas cívicas, concursos, realização de trabalhos escolares, dentre outros tinham espaço garantido nas páginas dos jornais. Por meio desses eventos estabeleciam-se de um lado os elementos para conferir visibilidade aos projetos políticos destinados à educação e, por conseguinte, constituíam-se os elementos necessários para a propaganda política; de outro lado demonstravam o envolvimento da cidade com as suas escolas conforme analisaremos nas páginas subseqüentes.

Desde os primórdios de sua instalação no Brasil no final do século XIX, os grupos escolares mantiveram uma estreita relação com o ambiente das cidades, primeiro porque, ainda que alguns tenham sido instalados no meio rural (MONARCHA, 2007), eram escolas eminentemente urbanas, e depois porque deveriam atender aos anseios de modernização calcados na aquisição de instrução formal elementar e na assimilação de comportamentos disciplinares. Dessa forma, seria por meio do ensinamento das primeiras letras que se poderia atingir a população incauta: ensiná-la o alfabeto, as operações matemáticas e, concomitantemente, prepará-la para a vida em sociedade, por meio da obediência à hierarquia e do respeito aos símbolos cívicos, seriam tarefas assumidas pelas escolas, em particular pelas instituições públicas de ensino primário.

No que concerne ao Grupo Coronel Carneiro, os liames que o atavam à cidade evidenciavam-se primeiramente em sua denominação: Coronel José Teófilo Carneiro era o nome escolhido para o terceiro grupo escolar em homenagem aquele que fora considerado pelo discurso oficial um próspero comerciante, influente político local e um visionário empreendedor do desenvolvimento da cidade de Uberlândia no final do século XIX e princípio do século XX (1852 - 1931). Segundo dados biográficos produzidos por um memorialista de Uberlândia, José Teófilo Carneiro:

Foi Tenente-Coronel da Guarda Nacional e um dos signatários do manifesto em prol da elevação da pequena São Pedro de Uberabinha (atual Uberlândia) à categoria de município. Membro da Comissão do Conselho da Intendência; vereador geral da I Câmara Municipal do Município recém instalado. Além de proprietário da casa de Comércio Carneiro & Irmãos, foi um dos responsáveis pela instalação da Cia. Mogiana de Estrada de Ferro na cidade; um dos proprietários da empresa Carneiro & Irmãos, primeira empresa de energia elétrica instalada na cidade, inaugurada no ano de 1909; foi artífice da campanha que tinha como meta mudar o nome da

cidade; caracterizou-se também por ter sido um político conservador, que durante a campanha civilista, em 1910, defendeu os ideais hermetistas, fato que, [...], gerou um conflito armado na pequena cidade, envolvendo o referido coronel e seu, até então, amigo, coronel Severiano, civilista declarado. (TEIXEIRA, 1970, p. 322-25).

A propósito do centenário do Cel. Carneiro o jornal *Correio de Uberlândia* prestou-lhe a seguinte homenagem:

Prestar qualquer homenagem à memória do coronel José Teófilo Carneiro já se tornou, em Uberlândia, um gesto para o qual se pode contar a priori com a solidariedade coletiva. Tão profundo foi o sulco de sua longa e operosa passagem pela vida municipal, tão oportuna e enérgica a sua entrada no cenário dos acontecimentos da nossa terra, que o seu papel ficou assinalado na história da cidade com características indelévels que se hão de transmitir de geração a geração. (...) Reverenciar a memória dos vultos notáveis é um dever da imprensa, quiçá de todos que amam a sua terra. José Teófilo Carneiro é dos mais que se impõem ao reconhecimento e à admiração de todos que nasceram ou que vivem em Uberlândia. O seu centenário é uma data de expressão histórica para a cidade (VULTOS, 1952, p. 04)

Nesse sentido, batizar o terceiro grupo escolar estadual da cidade com o nome deste seu eminente cidadão seria uma forma de “reverenciar” a sua memória e, concomitantemente, buscar no passado os traços considerados dignos de perpetuar e, assim, imprimi-los no presente. Por meio desta estratégia, a denominação do grupo conformaria uma dada representação de escola, precisamente aquela que a identifica enquanto símbolo do trabalho em prol do progresso e da consolidação do regime Republicano. Segundo esta estratégia, à construção das instituições republicanas estaria subjacente o esforço individual de figuras que se teriam destacado como sujeitos da “história”, uma história com nomes próprios, conforme assinalou Rancière (1994). O nome, portanto, seria um dos primeiros e principais símbolos de identificação entre o grupo escolar e uma dada representação de cidade, mais precisamente, identificação entre a escola e o projeto político do qual esta emergia. Segundo Souza (1998, p. 134):

Assim, a escola primária, dever do Estado e direito do cidadão, transforma-se em uma dádiva; não é apresentada à população como decorrência de uma política social, mas como resultado do concurso de um “honorável cidadão”. Como tais homens pertenciam à oligarquia econômica e política ficava reafirmada e legitimada a figura do patrono e da República.

Para além do nome, o grupo escolar se identificava com o projeto político em curso e, por conseguinte, com a própria cidade por meio da manipulação dos símbolos cívicos, dentre estes destacamos as datas comemorativas. As ocasiões em que se celebravam aniversários de fatos eleitos como representativos da nacionalidade recém instaurada eram sempre monumentalizadas pela escola, em particular pelos grupos. Dessa forma,

o “descobrimento”, a independência e a proclamação da República formavam a tríade de comemorações nacionalmente institucionalizadas; o espetáculo então se efetivava especialmente por meio dos desfiles e dos concursos de redações:

A propósito de um artigo publicado nesta folha sobre as comemorações de 21 de abril passado, as ilustres professoras sras. Rita de Aquino Moura e Florispina Soares de Freitas, diretoras dos Grupos Escolares Coronel Carneiro e Doutor Duarte, nos enviaram uma carta dizendo que, nos referidos estabelecimentos, são feitas sempre comemorações de datas cívicas e se incentiva o amor dos alunos pelas coisas e tradições de nossa Pátria. (...). A data de 21 de abril foi assim festivamente comemorada, nesta cidade, externa e internamente, mostrando que nossa mocidade realiza o culto da Pátria de maneira eficiente (FESTAS, 1954, p. 04).

Em âmbito local festejavam-se o aniversário da cidade e o encerramento do ano letivo. Nestas ocasiões, realizavam-se, no interior das instituições, eventos com a presença de autoridades educacionais do município. Posteriormente era fundamental conferir visibilidade ao envolvimento de toda a escola nas celebrações; então, por meio da imprensa, eram divulgados os feitos comemorativos, conforme se lê na seqüência:

Também o Grupo Escolar ‘Cel. Carneiro’ fez uma festinha de encerramento dos cursos supletivos. (...). Ontem às 14 horas reunindo no galpão do Grupo o corpo docente a [ilegível] senhorinha Maria Aparecida Lomonaco, diretora do mesmo e prof. Osvaldo Vieira Gonçalves, reitor do Colégio Estadual, fez-se a leitura dos resultados obtidos pelas três classes no ano corrente, havendo em seguida a apresentação por parte dos alunos, de alguns números de declamação. Falou aos alfabetizados o prof. Osvaldo Vieira Gonçalves, que enalteceu a obra que vem sendo feita em todo o paiz no sentido de diminuir o numero de analfabetos (NO GRUPO, 1948, p. 01).

Ainda que faltassem os recursos necessários para o pleno funcionamento da escola, era necessário conferir relevância às suas atividades, pois esta era uma das formas de se demonstrar também o investimento do poder público nas questões educacionais, sobretudo aquelas relacionadas à alfabetização da população. Assim, o encerramento do ano letivo expressava o coroamento do trabalho de toda a equipe da escola, em particular dos diretores e professores, e ao conferir visibilidade a estes episódios solenes justificava-se para a cidade o papel da escola e o empenho das autoridades em assegurar o seu funcionamento.

Considerações Finais

Conforme discutimos, a inauguração do Grupo Coronel Carneiro ocorreu em um período de aceleradas transformações sócio-urbanas. Subjacentes a estas alterações na paisagem citadina, encontravam-se discursos ufanistas cujo tema prioritário recaía sobre

o futuro promissor que a cidade reservava aos seus habitantes. Estes discursos eram elaborados pelos representantes das elites locais (representadas por políticos, jornalistas, comerciantes, proprietários rurais, dentre outros) e eram amplamente difundidos pelos jornais e pelas revistas de variedades em circulação no município. Concomitantemente, à divulgação desses discursos ufanistas, o povoamento da cidade ia se constituindo por trabalhadores provenientes do meio rural e dos empregos no pequeno comércio. Embora alijados do poder econômico-político, estes trabalhadores reivindicavam a sua cota de participação nas instituições educativas de ensino primário. Era então para o Grupo Cel. Carneiro que se dirigiam os filhos desses trabalhadores e, nesse sentido, esta escola contribuía para a alfabetização das crianças provenientes das camadas populares.

Acreditamos que ao privilegiar para análise a história de uma escola que, no período recortado, situava-se na periferia da cidade e para onde, supomos, dirigiam-se os filhos da classe trabalhadora, poderemos contribuir para ampliar a compreensão acerca das instituições de ensino primário instaladas distantes do centro da cidade, bem como poderemos propiciar alguns caminhos para a compreensão acerca dos valores atribuídos à escola pelos grupos alijados do poder econômico e político, pois, conforme ressaltou Hobsbawn (1998, p. 230):

E tal como no passado uma de nossas tarefas é descobrir as vidas e pensamentos das pessoas comuns e resgata-las daquilo que Edward Thompson chama de ‘enorme condescendência da posteridade’, assim, no presente, nosso problema é também o de desnudar as suposições igualmente presunçosas daqueles que pensam saber o que são os fatos e as soluções, e que procuram impô-las às pessoas. Devemos descobrir o que as pessoas realmente desejam de uma sociedade boa (...).

Pensamos que ao mergulhar no passado em busca das representações e das práticas que conformaram um dado perfil de escola pública primária, para onde se dirigia parte da população carente de recursos financeiros, possamos contribuir para o debate acerca das demandas e das críticas que perpassam a escola pública na atualidade e quem sabe, apontar possíveis caminhos para a construção do que Hobsbawn denomina de uma “sociedade boa”.

FONTES

AUTORIZADA a Construção do 3.º Grupo Escolar (1945). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 13 jun., n. 1672, ano IX, p. 1.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA (1959a). *Ata da 5ª. sessão da 1ª. reunião ordinária realizada no dia 5 de fev. 1959*. Uberlândia, 1959. Livro 54, p. 15b e 16. (Arquivo Público de Uberlândia).

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA (1959b). *Ata da 6ª. sessão da 1ª. reunião ordinária realizada no dia 16 de fev. 1959*. Uberlândia, 1959. Livro 54, p. 29. (Arquivo Público de Uberlândia).

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA (1959c). *Ata da sessão extraordinária realizada no dia 31 de mar. 1959*. Uberlândia, 1959. Livro 54, p. 63b e 64. (Arquivo Público de Uberlândia).

CONSTRUÇÃO do 3.º Grupo Escolar (1945). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 02 set., n. 1728, ano IX, p. 1

EDUCAÇÃO e saúde (1946). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 18 fev., n. 1847, ano IX, p. 2.

FESTAS Cívicas (1954). *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, n 3931, ano XVII. 18 maio, p. 04.

FRANÇA, Humberto G. A construção do 3.º Grupo Escolar: aberta a concorrência publica. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 19 jun. 1945, n. 1676, p. 4.

MARIA TERESA (1958). Gravíssimas falhas em matéria de educação dentro da cidade. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, não paginado, 11 mar. 1952. APU.

NO GRUPO Escolar “Cel. Carneiro” (1948). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, n. 2537, ano XI, 29 nov., p. 0.1

900 CRIANÇAS uberlandenses estão sem seu grupo escolar. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, não paginado, 25 fev. APU.

OLIVEIRA, ALVES. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, n.1547, ano VIII, não paginado, 18 nov. 1944.

SECRETÁRIO de Educação desconhece o ensino em Uberlândia (1956). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, não paginado, 30 dez.. APU.

TEIXEIRA, Tito (1970). *Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central: história da criação do município de Uberlândia*. Uberlândia: Uberlândia Gráfica, v. 2.

VULTOS da historia de Uberlândia (1952). José Teófilo Carneiro. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, n. 3361. Ano XV. 8 março, p. 04.

REFERÊNCIAS

ABREU JR., Laerthe de Moraes (2005). Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. *Pró-Posições*, vol. 16, n. 01, Campinas: Unicamp, abr., p. 145 – 164.

CHARTIER, Roger. (1988). *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, v. 5, n. 11, p. 173-91, jan./ abr. 1991.

DURAND, Robert, GUYVARC`H, Didier. (1990). Nomes e sobrenomes do vilarejo. In: CROIX, d'Alain; GUYVARC`H, Didier. *Guide de l'histoire locale*. Paris: Seuil, p. 8-16. (Tradução Geraldo Inácio Filho).

HOBSBAWN, Eric (1998). A história de baixo para cima. In: HOBSBAWN, E. *Sobre História - Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 216-31.

JULIA, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. Trad. Gisele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 01, Sociedade Brasileira de História da Educação SBHE, jan-jul, p. 9-43.

LE GOFF, Jacques. (s.d.). *Reflexões sobre a história*. Lisboa: Edições 70.

_____. (1998). *Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon*. São Paulo: UNESP.

LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães (2002). A expansão/contenção do ensino em Minas Gerais (1931-1934): um jogo político. In: LOPES, A. A. B. de M. e outros (Orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, p. 595-604.

MACHADO, Maria Clara T. (1991) Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. *História & Perspectivas*. Uberlândia, n. 4, p. 37-77, jan./jun.

MAGALHÃES, Justino (1999). Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D. & LOMBARDI, J. C. (orgs.). *História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional*. Campinas: Autores Associados, p. 67-72.

_____. (2004). *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco.

MONARCHA, Carlos. Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci. In: WERLE, Flávia Obino C. (org.) *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Unijuí, 2007, p. 19-51.

OLIVEIRA, Júlio César de (2000). Ontem, ao luar: experiências boêmias em Uberlândia na década de 40. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 23, p. 185-216, jul./dez.

RANCIÈRE, Jacques (1994). *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUC; Pontes.

REGOURD, Florence. (1990). Fazer a história da escola. In: CROIX, d'Alain; GUYVARC'H, Didier. *Guide de l'histoire locale*. Paris: Seuil, p. 2-8 (Tradução Geraldo Inácio Filho).

SOUZA, Rosa Fátima de (1998). *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP.

SOUZA, ROSA F. de; FARIA F^o., Luciano M. de (2006). A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, D. G. (org.) (2006). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893- 1971)*. Campinas: Mercado de Letras, p. 21 – 56.

VIDAL, Diana G.; FARIA F^o., Luciano M. de (2005). *As lentes da história: estudos de História e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados.

VIÑAO FRAGO, A. (1995). Historia de la educación e historia cultural – posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 0, p. 63-82.

Recebido em janeiro de 2010

Aprovado em abril de 2010